

1 SECRETARIADO NACIONAL DA UGT RESOLUÇÃO APROVADA EM 22 DE ABRIL DE 2008. 3



9° CONGRESSO DA FNE

REALIZA-SE EM LISBOA NOS DIAS 10 E 11
DE MAIO DE 2008 SOB O LEMA
"EDUCAÇÃO PARA O FUTURO PROFISSIONAIS RECONHECIDOS E
VALORIZADOS 8



O N°01 | O ABRIL | O 2008

Federação

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO TO DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E IMAGEM

João Dias da Silva em entrevista a O Primeiro de Janeiro e Rádio Festival

"Temos de estar preparados para as mudanças"

Poucos dias antes do memorando de entendimento entre o Ministério da Educação e a Plataforma Sindical dos Professores, o secretário-geral da FNE concedeu uma entrevista ao diário O Primeiro de Janeiro e Rádio Festival. Nesta edição informativa electrónica, fica aqui um excerto da entrevista realizada.

Entrevista na página 6 🕨 🕨





CARTÃO FNE | CGD

A Caixa, em parceria com a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE), lança duas novas versões dos actuais Cartões de Crédito Caixa ITIC e Caixa Classic, destinadas exclusivamente aos membros da FNE:

- Cartão Caixa ITIC/FNE, exclusivo para Professores
- Cartão Caixa Classic/FNE, para Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação



A FNE (Federação Nacional dos Sindicatos da Educação) regista a publicação em Diário da República do novo diploma sobre autonomia, administração e gestão escolar e reitera as preocupações que manifestou por ocasião do debate público — nomeadamente nos seminários sobre Autonomia e Governança em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, organizados por esta Federação — onde foram auscultados todos os agentes da

Novo modelo de Gestão Escolar

FNE reitera preocupações sobre o novo modelo de gestão escolar.

educação envolvidos no modelo de gestão, desde representantes dos pais, passando por especialistas em administração escolar, sem

esquecer a Associação Nacional de Municípios.

Não se pode falar em reforço da autonomia

A FNE, que mantém as exigências do reforço da autonomia e da participação das familias e comunidade nas escolas, considera que – em virtude da consolidação desse espaço – não se pode falar em reforço de autonomia, depois de se ter conseguido secar, pela normativização uniforme de procedimentos, todos os espaços de decisão.

Finalmente, a FNE lembra que. no quadro do memorando de entendimento com o Ministério da Educação, ficou consagrado que o prazo relativo à aplicação do primeiro procedimento decorrente do novo diploma sobre gestão escolar pode estender-se até 30 de Setembro de 2008. Por isso mesmo, a FNE realça a urgência de serem transmitidas às escolas orientações no sentido de serem elas mesmas a escolher a melhor data para este efeito.

Porto. 23 de Abril de 2008

Governo aprova diploma sobre avaliação de professores que consagra entendimento com sindicatos



Lisboa, 24 Abr (Lusa) - O Governo aprovou hoje em Conselho de Ministros o novo decretoregulamentar sobre avaliação de desempenho docente, que consagra o entendimento assinado quinta-feira passada entre Ministério da Educação (ME) e sindicatos de professores. A avaliação de desempenho avança este ano lectivo para os professores contratados e dos quadros em condições de progredir na carreira, num total de cerca de sete mil, aos quais será aplicado um regime simplificado.

Este regime simplificado será aplicado de forma universal, tendo em conta apenas quatro critérios: ficha de auto-avaliação, assiduidade, cumprimento do serviço distribuido e participação em acções de formação continua. Por outro lado, quer este ano, quer no próximo ano lectivo, as classificações de "regular" e "insuficiente" terão de ser confirmadas com nova avaliação, a realizar no ano escolar seguinte, antes dos docentes sofrerem os efeitos penalizadores previstos.

Os efeitos negativos de uma nota de "insuficiente" só se farão sentir no caso dos docentes contratados, que não renovarão contrato.

Segundo o Governo, o decretoregulamentar até agora em vigor sobre avaliação de desempenho não é revogado, sendo que o novo diploma vai aditar normas transitórias ao anterior, na sequência do memorando de entendimento assinado entre a tutela e a plataforma sindical de professores.

pág. 7 ➤ ➤ ➤

Reunião com o Ministério da Educação | 21 Abril 08



Realizou-se no dia 21 de Abril, uma reunião entre a Plataforma Sindical de Professores e o Ministério da Educação, na sequência do entendimento definido na semana passada.

Este encontro visou apreciar um projecto de decreto regulamentar que tem por objectivo dar expressão às matérias constantes do referido entendimento e que contém um conjunto de orientações genéricas que devem ser definidas com carácter transitório para a avaliação de desempenho dos docentes.

A reunião serviu também para estabelecer um elenco de matérias sobre as quais deverá realizar-se um ciclo de sessões de trabalho entre as outras organizações sindicais e o ME e que dêem expressão ao entendimento estabelecido, nas diferentes áreas que ele contempla.

O decreto regulamentar apreciado nesta reunião especifica o entendimento do que constitui a simplificação do modelo de avaliação de desempenho em 2007/2008, o qual integra apenas a ficha de auto-avaliação e a avaliação dos parâmetros "nível de assiduidade", "cumprimento do serviço distribuído" e "acções de formação continua", efectuada pelo órgão de direcção executiva. O mesmo projecto de diploma dá também expressão ao carácter transitório da eventual atribuição das classificações de "insuficiente" e "regular", definindo os procedimentos que devam ser adoptados.



Secretariado Nacional da UGT 22 Abril 2008

Dirigentes dos sindicatos da FNE participaram no Secretariado Nacional da UGT, reunido no dia 22 de Abril 2008

Resolução aprovada

CÓDIGO DE TRABALHO

Hoje, deverá ser apresentada pelo Governo a sua proposta de revisão do Código de Trabalho. Na discussão sobre esta proposta em CPCS a UGT dará continuidade às posições já expressas relativamente ao Livro Verde e ao Livro Branco, defendendo como prioridades:

- O combate à precariedade laborai, que atinge em Portugal níveis insustentáveis, quer nos contratos a prazo, quer no trabalho temporário e no falso trabalho independente;
- O reforço da negociação colectiva, sem vazios negociais (trabalhadores sem negociação) e com enriquecimento dos conteúdos, na discussão de matérias como a organização do tempo de trabalho, a formação profissional e as condições de trabalho:
- O respeito pela lei e pêlos acordos, combatendo todas as violações, que põem em causa os direitos dos trabalhadores e a concorrência leal.

COMBATER A PRECARIEDADE

Para a UGT o combate à precariedade deve ser uma prioridade das políticas económicas e sociais, envolvendo a revisão da legislação laborai, as políticas activas de emprego, os incentivos públicos de diferente tipo e a actuação da Inspecção Geral de Trabalho.

Tais políticas nomeadamente, envolvem também o combate a todas as discriminações, promovendo a igualdade de género e igualdade no trabalho e no emprego para os imigrantes.

Para a UGT, na revisão do Código de Trabalho deve ser dada especial atenção a que:

- O trabalho precário nunca deve ser mais barato, particularmente no trabalho temporário e do trabalho independente;
- Os contratos a prazo devem ser mais caros que os contratos permanentes, face aos custos acrescidos que impõem à Seguranca Social;
- Os trabalhadores temporários devem gozar dos mesmos direitos nas empresas que os restantes trabalhadores;
- Os chamados trabalhadores independentes, devem ver reconhecido o pleno direito à protecção social, o que implica o pagamento das contribuições pêlos empregadores;
- Devem ser regularizadas todas as falsas prestações por independentes, sempre que exista dependência hierárquica, horário de trabalho, pagamento regular ou que as retribuições maioritariamente sejam pagas por uma empresa ou grupo de empresas;
- Não pode ser aceite o recurso esmagador a contratos a prazo pêlos novos estabelecimentos.

REFORÇAR A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA E MELHORAR OS SALÁRIOS E AS PENSÕES

A negociação colectiva abrange hoje mais trabalhadores que antes do Código de Trabalho, ultrapassadas as dificuldades de 2004 e 2005.

Também os contratos abrangem, em média, mais matérias e criam melhores condições para o seu cumprimento, conciliando as dimensões sociais com as económicas.

Todavia persistem intoleráveis vazios negociais, ou o arrastar de processos em que existe evidente má fé patronal, visando provocar caducidades a todo o custo.

A UGT repudia tais comportamentos e exige a devida aplicação de mecanismos de ultrapassagem dos impasses negociais, com recurso à conciliação, mediação e arbitragem.

A UGT exige a revisão anualizada das tabelas salariais, com crescimento real dos salários, tendo presente a inflação, os ganhos de produtividade e a situação económica e financeiras dos sectores e empresas.

A UGT considera fundamental o crescimento real das pensões, tendo em conta o crescimento económico e a melhor distribuição da riqueza, considerando que se em 2008 o PIB crescer menos de 2% deverá ser revista a fórmula de actualização das pensões, tendo em conta a melhoria da situação financeira da Segurança Social.

Esta reunião do secretariado nacional da Central sindical decorreu nas

Novas instalações da UGT

(R. Gago Coutinho, 132 - Lisboa), tendo os representantes dos sindicatos-membros aprovado por unanimidade a Resolução que define a posição da UGT sobre as seguintes matérias:

- :: CÓDIGO DE TRABALHO
- :: COMBATER A PRECARIEDADE :: REFORÇAR A NEGOCIAÇÃO
- COLECTIVA :: MELHORAR OS SALÁRIOS E AS PENSÕES
- :: MEMORANDO DE ENTENDIMENTO DOS PROFESSORES
- :: ACORDO SOBRE O REGIME DISCIPLINAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- :: PROMOVER O CRESCIMENTO E O EMPREGO
- :: INVESTIMENTO DE DINHEIROS DA SEGURANÇA SOCIAL NOS PARAÍSOS EISCAIS
- :: TRATADO DE LISBOA
- :: PARTICIPAÇÃO NO I DE MAIO (inscreva-se no sindicato membro da FNE mais préximo de Si)

UGT SAÚDA O MEMORANDO DE ENTENDIMENTO DOS PROFESSORES E O ACORDO SOBRE O REGIME DISCIPLINAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A UGT saúda o Memorando de Entendimento entre os Sindicatos dos Professores e o Ministério da Educação, que garante um terceiro trimestre com aposta na melhoria da educação, a introdução dum sistema de avaliação mais correcto e o respeito pelo direito à negociação.

Trata-se de uma vitória dos professores, unidos na defesa dos seus direitos, e daqueles que sempre privilegiaram o direito á negociação.

A UGT saúda também o acordo obtido na revisão do regime disciplinar na Administração Pública, celebrado pêlos Sindicatos da UGT integrados na FESAP e pelo STE.

A UGT exige do Governo um efectivo esforço negociai visando a celebração de acordos sobre o regime de carreiras e sobre Contrato Individual de Trabalho de Funções Públicas, garantindo os direitos dos trabalhadores, e o direito à negociação colectiva pelo Sindicatos.

PROMOVER O CRESCIMENTO E O EMPREGO

As actuais dificuldades, originadas pela crise económica nos EUA, exigem uma devida resposta da União Europeia e dos Governos Nacionais, de modo a preservar o crescimento económico e combater o insustentável nível do desemprego. Para a UGT é fundamental:

- Uma política de promoção do investimento público e privado;
- A melhoria dos rendimentos, que promova o crescimento do mercado interno:
- A diminuição do IRS, tendo em conta as disponibilidades orçamentais; como o melhor meio de promover a justiça social e o crescimento.

A UGT considera indispensável a melhoria das políticas a nível da empresa, por via da revisão das políticas activas de emprego e por acções visando promover a empregabilidade de grupos com especial dificuldade de inserção nos mercados de trabalho (particularmente os jovens em geral e os jovens licenciados em particular, bem como os trabalhadores mais idosos) e a melhoria das qualificações dos trabalhadores no activo.

A UGT REPUDIA O INVESTIMENTO DE DINHEIROS DA SEGURANÇA SOCIAL NOS PARAÍSOS FISCAIS

Foi anunciado o investimento de dinheiros públicos em offshores. Entre estes, verbas avultadas do Fundo de Gestão Financeira da Segurança Social foram ai investidos. A UGT por repetidas vezes tem discordado dos critérios de investimento da Segurança Social, investindo parte importante dos dinheiros das pensões dos trabalhadores no estrangeiro, na perspectiva de maximização do lucro, ignorando o investimento produtivo em Portugal e as suas consequências sobre o crescimento e o emprego.

A UGT reitera a sua discordância com tais procedimentos e apela ao Ministério do Trabalho para que sejam mudadas as prioridades de investimento e, sobretudo, para que se acabe de imediato com o investimento em offshores.

RATIFICAR O TRATADO DE LISBOA

No próximo dia 23 vai ser discutida e votada pela Assembleia da República a ratificação do Tratado de Lisboa. A UGT, como a Confederação Europeia de Sindicatos, apoia a ratificação do novo Tratado Europeu:

 Porque traduz um indiscutivel avanço social, na defesa de valores e na aprovação da Carta dos Direitos Fundamentais:

 Porque permite uma melhor governabilidade, numa Europa alargada de progresso económico e social;

- Porque dá uma melhor resposta aos desafios da globalização.
Porque somos defensores do projecto Europeu, de uma Europa sem fronteiras, da livre circulação de trabalhadores e cidadãos, da Europa Social, da Paz e da Segurança, do combate às discriminações e da promoção da igualdade, apoiamos a ratificação do Tratado de Lisboa.

APELO A PARTICIPAÇÃO NO I DE MAIO

Vamos comemorar o I de Maio, dia do Trabalhador.

Neste I de Maio a UGT vai descer a Av. da Liberdade, a partir do Marquês de Pombal, até ao Rossio.

A UGT reafirmará a sua prioridade no combate à precariedade e na defesa dos empregos de qualidade e os seus Sindicatos exprimirão as suas preocupações particulares pela actual situação econômica e social, na defesa do emprego, da negociação colectiva e da melhoria das condições de trabalho. A UGT apela à participação dos trabalhadores e suas familias na comemoração do Dia do Trabalhador.

Após reunião com ME por causa da transferência de competências para as autarquias

FNE exige respeito pelos percursos profissionais

A FNE reuniu com o Ministério da Educação, juntamente com os restantes sindicatos da UGT que representam o pessoal não docente, para discutir o modelo de transferência de competências da administração central para as autarquias. O secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, afirmou, a propósito desta primeira abordagem do Governo, que ela, "além de insuficiente e ambígua, é sobretudo generalista".

A Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) continua sem perceber como vai ser feita esta transição dos funcionários para as autarquias, uma vez que, por exemplo, "as pessoas que previsivelmente farão a avaliação destes profissionais estão longe dos reais problemas dos trabalhadores em questão, não acompanhando o seu quotidiano". De referir que nesta reunião, em que a mesa do Governo era constituida por representantes do Ministério da Educação e do Ministério das Finanças e da Administração Pública, participaram representantes da FNE, do SINTAP e do SINAPE.

A FNE partiu para esta primeira reunião com fortes dúvidas em relação à situação contratual dos trabalhadores que transitam da administração central para as autarquias, onde não existem as categorias profissionais que existem nas escolas. João Dias da Silva pediu inclusivamente garantias de que "serão ser abertas novas vagas para esses casos".

Outra preocupação que a FNE coloca neste processo é a da identificação do universo de trabalhadores envolvidos. Isto porque o ME fala em 36 mil e quinhentos trabalhadores que vão passar para a responsabilidade das autarquias, mas esses são apenas os funcionários



do quadro, já que relativamente a outros tipos de contratos existem muitos mais trabalhadores. Esta Federação questiona se a tutela tem noção da verdadeira amplitude e se está efectivamente preparada para resolver os problemas que ela pode colocar.

Na primeira reunião sobre uma questão que deve suscitar amplo debate, a FNE suscitou também dúvidas sobre a bondade das medidas propostas, nomeadamente em termos de eficácia e eficiência na gestão dos recursos humanos das escolas, preferindo uma aposta consistente no reforço da autonomia das escolas.

Para a FNE, é essencial que este processo não deixe de respeitar os percursos profissionais envolvidos e as suas expectativas em termos de desenvolvimento das suas carreiras.

Porto, 18 de Abril de 2008



Segundas-feiras de protesto e esclarecimento «ao Centro»

O protocolo de entendimento entre a Plataforma Sindical e o Ministério da Educação não desmobilizou os professores que ainda esta semana se manifestaram em todas as capitais de distrito da região Centro. Quatro centenas em Aveiro, com José Frade Dirigente da FNE e do Sindicato de Professores da

a fazer um apelo à unidade da classe, salientando que a ministra da Educação voltou à mesa da negociação pressionada pela luta dos professores e concluiu que essa mobilização "levou a uma vitória histórica Acrescentaria: "Vamos forçar este Governo a ceder

porque não vamos parar a luta". Em Coimbra discursou o vice secretário-geral desta Federação, José Ricardo. Perante uma plateia de 500 docentes concentrados no Jardim da Sereia, o também presidente do SPZC lamentou que "se tivesse presidente do SPAC, tantentou que se tivesse aproveitado o memorando para dividir os professores", salientando que o acordo foi conseguido com "base nas nossas exigências". José Ricardo frisou também que o memorando é um "entendimento pontual e para o imediato", onde foram dados "passos importantes" para os próximos tempos e que os professores conseguiram uma "grande vitória" ao sentar a ministra da Educação à mesa das negociações, ao fim de três anos.

Excertos da Intervenção do Vice-secretário Geral da FNE, José Ricardo, nos Plenários Distritais de Coimbra e Leiria

"Decidimos manter estas accões e nelas participar activamente, ao contrário do que alguns esperavam. Depois do dificil trabalho dos Sindicatos não deixamos nem deixaremos que os professores se sintam perplexos pelo ruido instalado pelas interpretações arbitrárias

"Desenganem-se os autores desse propósito, porque tudo faremos para fazer chegar o esclarecimento e a verdade a todos os professores e educadores e a todas as escolas sobre o Memorando de Entendimento a que se chegou com o ME.

"Não abdicaremos de manter a oposição ao actual Estatuto da Carreira Docente e ao modelo de avaliação que lhe está associado.

"O combate que temos pela frente continua a ser muito dificil. Mas é um combate que só tem sentido fazer se for feito, não só com a energia empregue na luta pelas convicções, mas sobretudo, se for feito com sentido de responsabilidade e bom senso nas estratégias e nas decisões a tomar por parte dos sindicatos, dos dirigentes sindicais, dos seus associados e dos professores em geral. E este combate será um combate com êxito se o único adversário a eleger por todos nós professores for um e apenas um que é o Ministério da Educação.

"Decidimos estar aqui hoje para vos assegurar que demos passos importantes no Entendimento que estabelecemos com o Ministério da Educação. Passos que estavam na base das nossas exigências para este tempo mais imediato e que se prende com o salvar do 3.º período de uma instabilidade que inevitavelmente afectaria os professores e fundamentalmente os alunos a quem dedicámos tantos meses do nosso trabalho."

"E, se hoje assegurámos esses passos, não temos dúvidas que eles são importantes para abrir o caminho da negociação até agora obstruído. Não temos dúvidas que eles são importantes para restabelecer o diálogo com o ME que até agora estava ferido de morte."

Seria um profundo suicídio para a luta sindical se em cada momento os sindicatos e os seus dirigentes não soubessem ler e interpretar o quanto e até onde se pode esticar a corda contra o seu principal adversário. E neste caso contra um adversário que durante quase três anos ainda não se tinha vergado e, a tudo quanto foi luta dos professores tem resistido. E, se hoje não assegurássemos este conjunto de pressupostos que estão na base do Entendimento com o ME estariamos, por um lado a prestar um mau serviço ac professores e, por outro, a hipotecar parte do capital reivindicativo e da credibilidade que o movimento sindical conquistou nos últimos tempos.'

"A vossa presença aqui e hoje é a afirmação de que os docentes portugueses não se revêem nas políticas educativas promovidas pelo actual ME.

Continuaremos convosco na luta contra o nosso único adversário que é o Ministério da Educação.

João Dias da Silva em entrevista a O Primeiro de Janeiro e Rádio Festival

Poucos dias antes do memorando de entendimento entre o Ministério da Educação e a Plataforma Sindical dos Professores, o secretário-geral da FNE concedeu uma entrevista ao diário O Primeiro de Janeiro e Rádio Festival. Nesta edição informativa electrónica, fica aqui um excerto da entrevista realizada.

<PJ> O que passou para a opinião pública é que os professores estavam apenas preocupados com as regalias da classo.

<JDS> O Ministério da Educação encarregou-se bem de fazer essa campanha de desprestigio dos professores e de fazer passar a ideia de que o que os docentes queriam... mais férias, não trabalhar..., aliás o Governo, relativamente à generalidade dos trabalhadores da administração pública, quis fazer passar a ideia de que eles são uns preguiçosos, não querem trabalhar, e que é muito dificil o acesso dos cidadãos à administração pública! Eles esquecem que quem faz as leis e regras não são os trabalhadores. Se os processos são burocráticos nas finanças, nas tesourarias, hospitais e escolas, e se há dificuldades de comunicação entre o cidadão e estes serviços essenciais, a culpa não é dos trabalhadores que executam, mas de quem dá as orientações. Dos chefes, dos dirigentes, que dão orientações para dificultar, criar impressos e problemas e um número sem fim de secções.

<PJ> Há muitos professores que culpam

o ME pelo aumento da "falta de respeito dos alunos e dos pais", porque assistem à "humilhação" que é feita ao sector por parte de quem de direito. Concorda? <JDS> É evidente que os sinais que o ME transmitiu relativamente a esta ideia de que os professores o que querem é ter férias e progressão facilitada na carreira, leva a isso. E o ME e o Governo em geral procurou passar esta mensagem para a sociedade e teve muitos aliados, muitos «fazedores de opinião» da nossa praça não se cansaram de dizer isto mesmo dos professores. A verdade é que nós não podemos deixar de dizer que nos últimos trinta anos, Portugal assistiu ao maior «boom educativo» de que há memória na nossa história. Nós éramos dos países da UE onde o nível de qualificação das pessoas é o mais baixo. Mas não podemos esquecer que nos anos 60 a escolaridade obrigatória em Portugal era de três anos. Só muitos anos depois é que o quarto e sextos anos passaram a ser obrigatórios. E depois o nono ano. Quando nos queremos

comparar com a Finlândia, não podemos deixar de recordar que lá, há um século, já não havia analfabetos. Em Portugal há um século atrás 85 por cento da população era analfabeta. E que todo o regime totalitário até ao 25 de Abril, protagonizou o mecanismo anti-educação para todos.

Nós estamos de acordo com o princípio da avaliação de desempenho, não estamos de acordo com uma avaliação que é modelada para impedir que as pessoas acedam aos patamares remuneratórios superiores. É uma avaliação punitiva e não formativa. Quando eu quero fazer uma avaliação formativa procuro mecanismos que façam com que as pessoas melhorem as suas práticas e reflictam nelas, para poderem conduzir os trabalhos de outra forma.

<PJ> As questões da indisciplina e

violência nas escolas têm de ser combatidas com todos os trabalhadores...

<JDS> Claro, quando um professor diz a um aluno que deve sair da sala por uma questão disciplinar, quem é que acolhe esse aluno? É um trabalhador não docente, que o tem de acompanhar ao conselho executivo. Estas pessoas muitas vezes são agredidas, como aconteceu em Viseu. E se falamos daquilo que sabemos que aconteceu e não falamos de tantas e tantas circunstâncias que ocorrem, veja a grandiosidade da situação! Nós não podemos colocar o lixo debaixo da carpete quando os convidados estão para chegar a casa. A nossa atitude tem de ser de permanente limpeza. Aquilo que se tem feito é esconder o lixo. Evolução, transformação, desenvolvimento ou mudança da sociedade, o que se lhe queira chamar, neste mundo que tem elementos que não eram conhecidos há uns anos atrás, como os blogues, internet, telemóveis, enfim tudo aquilo que a tecnologia nos permite ter...repare a bomba atómica nasce para fins pacíficos e veio a ter as consequências que teve. Nós temos de estar preparados para as mudanças. A responsabilidade dos «responsáveis» tem de ser a prevenção.

<PJ> Considera que devía ser um crime público, a violência sobre os professores?

<JDS> No sentido de que agredir um professor ou agredir um trabalhador não docente é mais grave do que agredir um outro qualquer cidadão que esteja na rua, porque é uma questão de autoridade, é como agredir um polícia, sim, deve ser um crime público. Nós no ano passado tivemos uma reunião como senhor Procurador-Geral da República que muito claramente disse que agredir um professor ou um trabalhador não docente que trabalha na escola, por causa do exercício das funções, é colocar em causa a autoridade. E nós não podemos permitir que isso aconteca.

<PJ> Os professores têm medo? <JDS> Alguns sim, têm medo de ir dar

aulas por terem consciência de que o grau de protecção que lhes é fornecido é reduzido. Muitas das ocorrências que se passam nas salas de aula são escondidas, às vezes por vergonha, porque também há a questão do brio profissional – como é possível que na minha aula tenha acontecido uma coisa dessas? – e escondese, a menos que tenha sido filmado ou que se tenha medo de represálias como temos visto que têm ocorrido.

<PJ> O que vai acontecer com a alteração do estatuto do aluno, que visa reforçar a autoridade do professor e da própria escola?

<JDS> Vou distinguir as questões. Há a violência e a outra questão que é a das faltas. Da violência já falej, quanto às faltas, se o estatuto do aluno estivesse em vigor nas escolas e só vai estar no próximo ano, quando as escolas fizerem a adaptação dos seus regulamentos internos como diz a lei, e bem, o que se está a retirar é a contabilização do trabalho do aluno no seu todo ano lectivo. É a capacidade dos conselhos de turma e das escolas poderem fazer a apreciação autonomamente e em relação a cada caso, é sempre o problema da legislação. Querse sempre fazer uma regra que sirva para tudo e não é possível. Depois criam-se excepções, e mais excepções, e vamos chegar à conclusão que afinal o que existe não é a regra mas a excepção.





Governo aprova diploma sobre avaliação de professores que consagra entendimento com sindicatos

O novo decreto-regualmentar vai criar legalmente a comissão paritária prevista no acordo, sendo depois emitido despacho, até ao final do mês, com a sua constituição. Este órgão, que irá acompanhar a aplicação do modelo e preparar eventuais alterações a efectuar no final do ano lectivo de 2008/09, será formado pela administração educativa e um representante de cada uma das estruturas sindicais. Após a assinatura do acordo, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, sublinhou a importância de "virar a página" nas relações com os sindicatos e considerou que estão criadas condições de negociação "muito diferentes* das que existiam até agora. Por seu turno, os sindicatos consideraram que o "recuo" do Governo permite salvar o terceiro periodo, mas, por outro lado, vai dar "confiança" aos professores para continuarem a lutar. uma vez que se mantêm divergências em relação a questões de fundo, como o Estatuto da Carreira Docente, a gestão escolar e o próprio modelo de avaliação de desempenho. Sobre esta matéria, a oposição considerou que o Governo recuou e que o modelo que será aplicado este ano lectivo nada tem a ver com o previsto no decreto-regulamentar publicado em Diário da República em Janeiro. "A avaliação não está no ponto zero. Está em curso em todas as escolas. Podem continuar a discutir se é recuo, se é suspensão, se é avanço. O importante é que, no final do ano lectivo, a avaliação de desempenho estará concretizada", respondeu na altura a ministra Maria de

Lurdes Rodrigues. O modelo de avaliação de desempenho proposto pelo Governo foi um dos motivos que a 08 de Março levou mais de 100 mil professores a manifestaramse em Lisboa, na "Marcha da Indignação*. Os sindicatos chegaram mesmo a interpor providências cautelares para suspender o processo, mas foram todas recusadas pelos tribunais. Depois de deixar cair os prazos intermédios de aplicação do modelo, o Ministério da Educação decidiu avançar com um regime simplificado com parâmetros mínimos, que queria aplicar consoante as dificuldades e as capacidades manifestadas por cada estabelecimento de ensino. O acordo final sobre esta matéria, e outras, foi alcançado na madrugada de 12 de Abril, depois de mais de sete horas

Lisboa, 24 Abr (Lusa) MLS.

de negociação.

SDPA contra discriminação de professores nos Acores

O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA), afecto à FNE, mostra-se contra o regime de carreiras e vínculos da Administração Pública Regional, alegando que os docentes são discriminados na recuperação do tempo de serviço congelado. Com a proposta, os "docentes continuam a ser discriminados e a propalada recuperação da contagem do tempo de serviço congelado vai verificar-se para uns e não para outros", adiantou o presidente do SDPA, em conferência de imprensa, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel. Em causa está, segundo Fernando Fernandes, o regime de vínculos, carreiras e remunerações da Administração Pública Regional, que prevê para os professores a contabilização do tempo de serviço congelado entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007. Segundo o dirigente sindical, a proposta do executivo açoriano discrimina os professores em relação aos outros funcionários públicos, que vão ver todo o tempo contado de uma só vez. Para os docentes, a recuperação deste tempo será faseada em duas tranches, "contando-se 50 por cento no momento da aplicação do diploma e os restantes 50 por cento a partir de 1 de Setembro de 2009", explicou Fernando Fernandes. Com esta solução, "só numa estreita minoria dos casos é que os docentes verão os 28 meses de tempo de serviço congelado integralmente reposto", alertou o presidente do SDPA.

Conseguido novo acordo com a CNIS

A FNE, no âmbito da FSUGT, estabeleceu um acordo de princípio com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) relativamente à revisão para o ano de 2008 de todas as matérias de natureza pecuniária. Este acordo contém:

- um aumento da massa salarial para os trabalhadores docentes na ordem dos 2,0%;
- um aumento da massa salarial para os trabalhadores não docentes na ordem dos 2,3%;
- a assunção da revisão da actual carreira dos Educadores de Infância na situação de funções não lectivas.

O acordo permite a continuação da paridade com os niveis do CCT do Ensino Particular e Cooperativo e alguns mesmo a sua ultrapassagem.



Departamento de Informação e Imagem



9º congresso

Lisboa 10 | 11 MAIO 2008

EDUCAÇÃO PARA O FUTURO Profissionais Reconhecidos e Valorizados

Filiação









Organização

Nacional Federação dos Sindicatos da Educação www.fne.pt